



## MEMÓRIA, CIDADE E BIBLIOFILIA

### MEMORY, CITY AND BIBLIOPHILIA

 Hanna Sandy de Oliveira<sup>1</sup>

 Lidia Eugenia Cavalcante<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).


E-mail: [hannaydnas@gmail.com](mailto:hannaydnas@gmail.com)

<sup>2</sup> Pós-Doutora em Ciência da Informação pela Université de Montréal, Canadá. Professora do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará (UFC).

E-mail: [cavalcantelidiaeugenia@gmail.com](mailto:cavalcantelidiaeugenia@gmail.com)



#### ACESSO ABERTO

**Copyright:** Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 

**Conflito de interesses:** As autoras declaram que não há conflito de interesses.

**Financiamento:** Não há.

**Declaração de Disponibilidade dos dados:** Todos os dados relevantes estão disponíveis neste artigo.

**Recebido em:** 08/05/2019.

**Aceito em:** 19/09/2019.

**Revisado em:** 13/10/2019.

#### Como citar este artigo:

OLIVEIRA, Hanna Sandy de; CAVALCANTE, Lidia Eugenia. Memória, cidade e bibliofilia. *Informação em Pauta*, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 137-155, jul./dez. 2019. DOI: [10.32810/2525-3468.ip.v4i2.2019.41202.137-155](https://doi.org/10.32810/2525-3468.ip.v4i2.2019.41202.137-155).

#### RESUMO

Investiga as relações entre memória, cidade e bibliofilia mediante revisão de literatura e sob o ponto de vista dos autores estudados. Trata também dos lugares de memória, apresentando a

cidade como lugar de memória, vislumbrando a construção da identidade dos sujeitos a partir do que é dado a ler e a ver em seu patrimônio literário. Traz, por fim, a possibilidade da memória dos lugares através dos livros, mediante registros de memórias orais e em livros de ficção, vislumbrando a literatura como meio de retratar um contexto social, época e tempo. Apresenta conceitos de bibliofilia, de sua possível origem e as diferentes conotações que o termo carregou ao longo dos séculos, assim como breve histórico da bibliofilia no Brasil. Os resultados deste estudo apontam que o bibliófilo possui relação com a memória como colecionador de livros e estudioso de sua história, cujo papel é essencial na constituição de acervos raros e memorialísticos.

**Palavras-chave:** Bibliofilia. Lugares de memória. História do Livro. Cidade e patrimônio literário.

#### ABSTRACT

Investigates the relation between memory, city and bibliophilia building a literary revision through the points of view of the studied authors. Talks, also, about places of memory, introducing the city as a place of memory, viewing the construction of the identity of the subjects through what is read and seen in their literary patrimony. In the end approaches the possibility of a memory from places through books and oral registers and also in fiction, using literature as a way to portray a social context, era and time. Presents the concepts of bibliophilia and its possible origins and the different connotations that the term has carried throughout the centuries, as well as a brief history of bibliophilia in Brazil. The results of this study show that the bibliophile has a relation with memory as a book collector and student of its history, whose role is essential in the formation of rare and memorialistic collections.

**Keywords:** Bibliophilia. Places of memory. Book history. City and literary patrimony.

## 1 INTRODUÇÃO

A memória de uma cidade pode ser encontrada na fala de seus velhos. No livro *Les cadres sociaux de la mémoire* (1925), Maurice Halbwachs, sociólogo francês, explica que historicamente o velho, mais que o adulto, interessa-se pelo passado e que cabe a ele “a obrigação de lembrar, e lembrar bem” (BOSI, 1979, p. 24). Halbwachs cita como exemplo tribos primitivas, onde o velho exerce sua função social de “guardião das tradições” (HALBWACHS *apud* BOSI, 1979, p. 23). Trazendo para uma perspectiva mais atual, é possível observar que, ainda que tal papel não caiba apenas aos velhos, é neles que recordações sem o filtro rigoroso da história podem ser encontradas. E, como escreve Ítalo Calvino (1990, p. 14) na obra *As Cidades Invisíveis* (1972), “a cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata”.

Utilizando-se do conceito apresentado por Halbwachs, além da importância do relato de velhos para preservação da história de um local, há também a necessidade de lugares de memória em uma cidade. Segundo Pierre Nora (1993, p. 21) “lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico, funcional” onde “mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se sua imaginação o investe de uma aura simbólica”. A ideia de símbolo permite que o conceito de lugar de memória possa ser aplicado não apenas a instituições como museus e arquivos, mas também à cidade em um todo. Entretanto, utilizaremos inicialmente as instituições de memória padrão para fundamentar a discussão.

Além de espaços como os citados anteriormente, a biblioteca é também “lugar da memória nacional, espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico. [...] É um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação [...]” (JACOB, 2008, p. 9). Muito se pesquisa sobre bibliotecas públicas e seu papel na sociedade, entretanto o estudo de bibliotecas particulares é mais complexo, devido às peculiaridades de cada coleção, que muitas vezes refletem o perfil de seu organizador. Conforme salienta Darnton (1995, p. 152), “o estudo das bibliotecas particulares tem a vantagem de ligar o ‘quê’ com o ‘quem’ da leitura”. No Brasil, assim como em muitos outros países, grandes bibliotecas formaram-se tendo como base coleções particulares. “Foram os Mazarin, os Grenville, os Barbosa Machado que, legando ou vendendo seus livros à nação, enriqueceram o patrimônio nacional” (MORAES, 1975, p. 12).

No livro de ensaios *A Memória Vegetal* (2010) Umberto Eco conceitua bibliofilia como o “amor ao objeto livro, mas também à sua história” (ECO, 2010, p. 37). Para Eco, o bibliófilo não apenas valoriza o livro por sua aparência estética e seu valor histórico e literário, como eventualmente doa seu acervo para que seja disponibilizado a uma audiência maior, geralmente em bibliotecas públicas. O bibliófilo não é apenas um colecionador, mas também pesquisador e historiador. Ele conhece o livro, a história de como foi feito, por quem, para quem e onde. É capaz de ver nas marginais, no frontispício, na tipografia e nas entrelinhas, reflexos de épocas passadas.

A partir dessas reflexões o presente texto relaciona os conceitos de memória, lugares de memória, cidade e a memória dos lugares através dos livros, apresentando também conceitos e aspectos da bibliofilia em geral e no Brasil, trazendo como ilustração o bibliófilo brasileiro José Mindlin, assim como conceitos de raridade e colecionismo.

## 2 MEMÓRIA INDIVIDUAL E MEMÓRIA COLETIVA

O conceito de memória possui diferentes concepções, dependendo do contexto em que está sendo aplicado. Le Goff (2008, p. 419) descreve a memória como “um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Dessa forma, o estudo da memória é interdisciplinar, passando por áreas como por exemplo a Psicologia, Biologia e Sociologia. Na área da História, a memória está relacionada em especial com a função de conservar acontecimentos do passado de um determinado local ou povo através da oralidade e escrita, resultando na produção de documentos históricos.

Estudando a memória em sua perspectiva de fenômeno social, Maurice Halbwachs, filósofo e sociólogo francês, identifica em *A Memória Coletiva* (1950) duas memórias distintas: uma, interior e pessoal, e outra, exterior e social (HALBWACHS, 1993). A memória interna de uma pessoa se apoia na memória social e depende do meio em que esse indivíduo vive, das relações que forma ao longo da vida e da sua cultura. Memória, então, está intrinsecamente relacionada ao lugar e ao intersubjetivo. Desse modo, trata-se de uma memória coletiva, posto que é compartilhada.

Apesar de sua característica subjetiva, a memória individual se faz inexoravelmente no coletivo, mesmo sendo simultaneamente particular ao indivíduo. A evocação de uma lembrança requer de certo modo uma recontação do evento, seja

considerada por um ponto de vista diferente, uma situação social ou um contexto histórico. É “99% construção e 1% evocação verdadeira”, como explica Désiré Roustan (*apud* HALBWACHS, 1990, p. 37). A percepção individual é permeada de influências, visto que para sua realização são utilizadas ferramentas construídas no meio social, por exemplo a própria linguagem.

A memória coletiva, por sua vez, compreende a memória de um grupo, assim como a dos indivíduos nele presentes. Halbwachs (1990) enfatiza a importância do grupo, da sociedade, da família, das relações e afetividades que influenciam na construção e preservação dessa memória coletiva, assim como seu caráter de transformação constante, posto que, assim como esses grupos podem se desfazer lentamente, a memória neles contida também pode se dissipar.

Assim, é difícil determinar o momento em que uma memória coletiva desaparece, ou até mesmo se ela de fato deixa a consciência dos indivíduos do grupo, pois “basta que se conserve numa parte limitada do corpo social, para que possamos encontrá-la sempre ali” (HALBWACHS, 1990, p. 84).

Um elemento crucial para a construção da memória coletiva é o espaço. Indivíduos e seus grupos ocupam o espaço e por ele são influenciados, em pensamentos e percepções. Da mesma forma, por meio das relações que os grupos mantêm entre si e seu meio, esse espaço é modificado. Halbwachs (1990) afirma que a memória coletiva se desenvolve em um quadro espacial, posto que o espaço é algo que dura, se faz concreto, mais do que meras impressões:

É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças. (HALBWACHS, 1990, p. 143).

Apesar de ser concreto, o espaço pode e é transformado, pois, como dito anteriormente, ele muda de acordo com as relações entre os grupos que o ocupam. Isso muito ocorre em cidades, onde suas características podem estar sempre evoluindo, entretanto, a sua base está lá, o espaço não deixa de existir. Halbwachs (1990, p. 143) destaca, a importância da conservação desse espaço, pois “é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças”.

O caráter transformativo da memória coletiva citado anteriormente enfatiza a importância da tradução da memória coletiva em memória histórica uma vez que, como destaca Halbwachs (1990), a memória de uma sociedade é estendida até onde se atinge a memória coletiva dos grupos pelos quais ela se compõe. Desse modo, quando os grupos que formavam a memória social desaparecem, a reconstituição dessa memória se faz importante. Essa preservação resulta na memória histórica.

O registro das memórias coletivas de uma sociedade pode aplicar-se a dois tipos de materiais, os quais Le Goff (2008, p. 525) denomina materiais da memória: documentos, escolhidos por historiadores, e monumentos, heranças do passado. Através desses registros, as memórias coletivas se eternizam, não ficando restritas apenas aos membros dos grupos nas quais se formou. Esses documentos preservam a memória da sociedade e de seu espaço, de modo que são comumente preservados em lugares especiais: os lugares de memória.

### 3 LUGARES DE MEMÓRIA

O fenômeno que Pierre Nora (1993, p. 15) identifica em seu texto *Entre Memória e História* (1984) como a “materialização da memória” cresce nos momentos de ruptura, momentos em que a sociedade tende a voltar-se para a sua história, procurando sua identidade e, de certo modo, uma estabilidade. Sendo assim, os lugares de memória surgem a partir do sentimento de que não é possível apenas uma memória espontânea posto que, como colocado anteriormente por Halbwachs, esta memória que é viva desaparece quando o grupo ou indivíduo desaparece.

É, para tanto, que se faz necessária a criação de arquivos, a manutenção de datas e eventos comemorativos, celebrações, entre outros, pois, como põe o autor, “estas operações não são naturais” (Nora, 1993, p. 13), não poderão conservar-se sozinhas sem o suporte do ritual. Desse modo, pode-se dizer que lugares de memória são os espaços nos quais a memória pode se manter e que possuem a capacidade de evocar lembranças.

Nora (1993, p. 21), em sua explicação de lugar de memória, enfatiza a importância de a palavra “lugar” apresentar seus três sentidos - material, simbólico e funcional - uma vez que,

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se sua imaginação o investe de uma aura

simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula [...], só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio [...] é ao mesmo tempo recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. (NORA, 1993, p. 21).

Assim, os lugares de memória são compostos do necessário para que o indivíduo, com suas memórias particulares, procure reclamar sua própria história (NORA, 1993). Em seu sentido material, esses lugares são normalmente identificados como instituições de memória, como, por exemplo, arquivos, museus e bibliotecas, lugares nos quais documentos que guardam a memória histórica de um determinado local ou povo são preservados. Nesses locais é que a memória coletiva se encontra materializada. Entretanto, através das características de um lugar de memória apontadas por Nora, é possível inferir que outros ambientes podem ser um lugar de memória, não apenas as instituições que são mais comumente conhecidas.

### 3.1 A cidade como lugar de memória

Bachelard, filósofo francês, escreve no ensaio *A Poética do Espaço* (1957) que “todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa” (BACHELARD, 1978, p. 200). Para o autor, a casa serve como uma representação da alma do indivíduo, uma vez que,

[...] a casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. [...] O passado, o presente e o futuro dão à casa dinamismos diferentes, dinamismos que frequentemente intervêm, às vezes se opondo, às vezes estimulando-se um ao outro. A casa, na vida do homem, afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. [...] É o primeiro mundo do ser humano. Antes de ser “atirado ao mundo”, como o professam os metafísicos apressados, o homem é colocado no berço da casa. E sempre, em nossos devaneios, a casa é um grande berço. (BACHELARD, 1978, p. 201).

É possível utilizar a escrita de Bachelard para inferir que a casa é um lugar de memória, uma vez que ela possui as características apontadas por Nora. Estando dentro de uma casa e observando seus diferentes objetos como retratos, cartas, quadros, móveis, entre outros, a evocação de memórias torna-se possível. Uma casa está sempre repleta delas. Ainda utilizando com a noção de casa para Bachelard, podemos fazer uma analogia

com a cidade, considerando a cidade como uma extensão da casa, como um berço para o indivíduo.

A cidade possui um papel muito relevante para a concepção da memória: sua estrutura e patrimônio permitem que os indivíduos que nela vivem mantenham sua identidade e possam reviver suas lembranças. Do mesmo modo que ao estar em uma casa, com todos os seus objetos simbólicos e seus rituais, lembranças são conjuradas, os diferentes espaços da cidade também têm essa capacidade de evocação.

O geógrafo Maurício de Almeida Abreu, na obra *Sobre a memória das cidades* (1998), utiliza os conceitos de memória coletiva de Halbwachs para entender as relações de memória de uma cidade e se a mesma pode ser recuperada. De acordo com Abreu (1998, p. 86), “a vivência da cidade dá origem a inúmeras memórias coletivas, que podem ser bastante distintas umas das outras, mas que têm como ponto comum a aderência a essa mesma cidade”. Na perspectiva desse autor, a recuperação total da memória coletiva de uma cidade é impossível, entretanto a reconstituição de algumas dessas memórias é não apenas possível, como urgente, uma vez que, devido ao seu caráter dinâmico, essas memórias tendem a se dissipar à medida que os grupos que a mantêm desaparecem.

Abreu (1998, p. 87) argumenta, então, que,

É através da recuperação das memórias coletivas que sobraram do passado (estejam elas materializadas no espaço ou em documentos), e da preocupação constante em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade [...] que poderemos resgatar muito do passado, eternizar o presente e garantir às gerações futuras um lastro de memória importante para a sua identidade.

Na visão do autor, há, ainda, na discussão sobre memória das cidades, o problema da perda da individualidade que “ocorre porque o que se recuperou na análise foi apenas a dimensão universal dos lugares. Não se conseguiu recuperar simultaneamente o seu par dialético, que é a dimensão singular” (ABREU, 1998, p. 89). Em seu ponto de vista, isso ocorre devido à história não ter a capacidade de “recuperar aquilo que é fundamental na constituição de qualquer lembrança, de qualquer memória de cidade, que é a sua individualidade” (ABREU, 1998, p. 90). Atenta, entretanto, ao erro de se ater apenas às singularidades do espaço e esquecer-se de contextualizá-lo em relação aos outros lugares (ABREU, 1998). Para tanto, é importante que história e memória andem juntas.

A memória desses lugares, então, deve ser reconstituída. Porém, através de quais fontes? Instituições de memória como museus, institutos históricos, arquivos e

bibliotecas são muito utilizadas por pesquisadores, bem como a utilização de ferramentas como a oralidade também se faz cada vez mais comum, assim como a literatura.

### 3.2 A memória dos lugares através dos livros

Nora (1993, p. 28) escreveu que “a memória com efeito, só conheceu duas formas de legitimidade: histórica ou literária”. A memória oral, por exemplo, relaciona-se com a literatura, uma vez que narrativas e lendas são uma presença constante nas sociedades. Idosos contam aos seus netos histórias de sua infância, histórias estas que lhes foram contadas por seus avós, e assim por diante. Dos contos de fadas adaptados aos causos e folclore, há muito da narrativa literária na transmissão da memória por meio da oralidade. No texto *Setentrião* (1972), o memorialista Pedro Nava escreve:

A memória dos que envelhecem (e que transmite aos filhos, aos sobrinhos, aos netos, a lembrança dos pequenos fatos que tecem a vida de cada indivíduo e do grupo com que ele estabelece contatos, correlações, aproximações, antagonismos, afeições, repulsas e ódios) é o elemento básico na construção da tradição familiar. Esse folclore jorra e vai vivendo do contato do moço com o velho — porque só este sabe que existiu em determinada ocasião o indivíduo cujo conhecimento pessoal não valia nada, mas cuja evocação é uma esmagadora oportunidade poética. [...] E com o evocado vem o mistério das associações trazendo a rua, as casas antigas, outros jardins, outros homens, fatos pretéritos, toda a camada da vida de que o vizinho era parte inseparável e que também renasce quando ele revive — porque um e outro são condições recíprocas. (NAVA, 2012, p. 40).

Memórias orais podem ser registradas em livros memorialísticos, como os de Nava onde, além da autoanálise e do comentário sobre o que se passou pelo viés do presente, é realizada a reconstrução de espaços e tempos que há muito foram transformados. O escritor cearense Gustavo Barroso, por exemplo, retrata com maestria em sua trilogia de Memórias, a cidade de Fortaleza do início do século XX, *Coração de Menino* (1939), *Liceu do Ceará* (1941) e *Consulado da China* (1941), descrevendo, além das interações sociais da época, o urbano.

Essas memórias podem ser também representadas na ficção, na qual autores apresentam suas perspectivas do espaço em que nasceram e que conhecem como ninguém por meio de personagens imaginários e diferentes pontos de vista. O escritor cearense José de Alencar, por exemplo, citado por Marco (2009, p. 107) tinha como objetivo:



[...] escrever a História presente e passada do Brasil, na linguagem que lhe oferecia o Romantismo. Por isso seus romances podem ser vistos como ensaios (no lato senso da palavra), como tateios, como procura de uma maneira adequada para capturar a diversidade de cada momento de nossa vida.

Assim como José de Alencar, Oliveira Paiva, em seu primeiro romance, *A Afilhada* (1889), descreve a cidade de Fortaleza da época em uma tentativa de entender a cidade por meio de leituras sociais, observando-a como um organismo em constante processo de transformação, o que remete à escrita de Halbwachs, exemplificado no segundo parágrafo de sua obra no qual ele descreve Fortaleza como uma "florescente cidade" que se comparava a uma "semente fermentando" (PAIVA, 1993, p. 164). Da mesma forma, no clássico *A Normalista* (1893), Adolfo Caminha retrata com riqueza a cidade pelo ponto de vista de seus personagens tão terrivelmente humanos, tornando-os muito próximos ao leitor, em especial devido à escolha de Caminha de utilizar uma linguagem menos romântica e mais realista à época. Tomemos como exemplo as observações que o personagem Zuza faz ao estudar Fortaleza através de um binóculo:

[...] enquanto o vapor singrava em direção ao Mucuripe, começou a examinar a costa cearense, como se nunca a tivesse visto de fora, da tolda de um navio. Viu passar diante de seus olhos arregalados todo o litoral da Fortaleza, desde o farol de Mucuripe até a ponta dos Arpoadores... Primeiro o farol, lá muito ao longe, esbranquiçado, cor de areia, ereto, batido pelos ventos; depois a extensa faixa de areia que se desdobra em ziguezague até à cidade; a praia alvacenta e rendilhada de espumas. [...] Noutro plano, coqueiros maltratados pelo rigor do sol, erguendo-se da areia movediça que os ameaçava soterrar, uns já enterrados até a fronde, outros inclinados, prestes a desabar; o torreão dos judeus Boris, imitando a torre de um castelo medieval, cinzento e esguio; o seminário, por trás no alto da Prainha, com as suas torres triangulares; as torres vetustas e enegrecidas da Sé; o Passeio Público, com os seus três planos em escadarias; a S. C. de Misericórdia, branca, no alto; o Gasômetro; a Cadeia; e, por ali afora, o arraial Moura Brasil, invadido pelo mar, reduzido a um montão de casebres tepados uns sobre os outros... (CAMINHA, 1893, p. 216-217).

Ainda sobre a relação dos livros e a memória, Eco (2010, p. 15) escreve que,

Os livros existem desde antes da imprensa, embora no início tivessem a forma de um rolo e só aos poucos tenham ficado cada vez mais semelhantes ao objeto que conhecemos. O livro, sob qualquer forma, permitiu que a escrita se personalizasse: representava uma porção de memória, até coletiva, mas selecionada segundo uma perspectiva pessoal. [...] Diante do livro [...] procuramos uma pessoa, um modo individual de ver as coisas. Não procuramos apenas decifrar, mas também interpretar um pensamento, uma intenção. Em busca de uma intenção, interroga-se um texto, do qual se podem até fazer leituras diferentes.

A partir disso, fica o questionamento: até que ponto a literatura é capaz de retratar um contexto social, uma época, um tempo? Observa-se que é possível contar a história e a memória de um espaço, ou partes delas, por meio desse gênero literário. História e poesia, como exposto ao final da seção anterior, possuem uma relação desde a sua origem. O filósofo e poeta Aristóteles comenta a diferença entre poesia e história no livro *Poética* (2003, p. 115):

Pelas precedentes considerações se manifesta que não é ofício do poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta, por escreverem verso ou prosa [...] - diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder.

Observa-se, então, que o debate entre história e literatura é algo que ocorre há bastante tempo, desde a Antiguidade. Este assunto vem ao encontro do trabalho de Sandra Jatahy Pesavento onde, na obra *O Imaginário da Cidade* (1999), dialoga com a literatura e história como representações plausíveis do passado. Segundo a autora, a perspectiva de “concepção da história como narrativa” (PESAVENTO, 2002, p. 12) é relativamente recente, havendo um surgimento maior de discussões acerca do assunto a partir da década de 70, entretanto existe contestação acerca da terminologia:

Chartier afirma que a expressão usada por Lawrence Stone de retorno da narrativa é, em si, malposta, pois a história sempre foi uma forma narrativa, desde que tomemos em conta a noção aristotélica da narrativa, como a da articulação de um enredo de ações representadas. (PESAVENTO, 2002, p. 12).

No ponto de vista de Pesavento, o discurso histórico é também uma forma de ficção, uma vez que engloba o imaginário e critérios de escolha e seleção do enredo por parte do historiador para representar o passado. Do mesmo modo que o historiador realiza pesquisas em diversas fontes históricas para recriar o passado, o escritor de literatura também elabora uma narrativa que poderia ocorrer, e ambos possuem a capacidade de levar o leitor a uma diferente época da sua atual (PESAVENTO, 2002).

Dessa forma, como muitos autores contaram, a história de sua cidade e povo por meio da literatura são representações literárias válidas. Como afirma Pesavento (2002, p. 13), a “literatura tem, ao longo do tempo, produzido representações sobre o urbano, que traduzem não só as transformações do espaço como as sensibilidades e sociabilidades dos

seus agentes”. Essas representações contribuem para a recuperação e interpretação das configurações do espaço.

Para Pesavento, a mera leitura do espaço urbano tal qual está representado na cidade no presente não é precisa, uma vez que as cidades modernas passam por uma “pasteurização” (PESAVENTO, 2002, p. 18) de seu espaço, realizando uma substituição do velho pelo novo, muitas vezes tornando a cidade mais padronizada e menos pessoal. Cabe, então, buscar diferentes perspectivas em outras fontes, como em relatos orais ou através da literatura.

Desse modo, trazendo essa perspectiva para este estudo, é possível relacionar o que foi exposto com a possibilidade da reconstituição da memória através do livro, assim como o livro como objeto inserido em determinado contexto histórico. O bibliófilo, por meio de seus acervos particulares e conhecimento aprofundado dos objetos de suas coleções, possui considerável conhecimento e informações acerca das memórias de seu espaço.

#### **4 BIBLIOFILIA: AMOR E DEDICAÇÃO AOS LIVROS**

A história do livro representa, também, a história social e cultural da comunicação, mais especificamente da comunicação impressa, uma vez que através dela é possível analisar e buscar entender as formas que as vias impressas ampliaram a transmissão de ideias – entre pessoas, cidades, países – e como tal evento afetou o pensamento e o comportamento da humanidade (DARNTON, 1990). Alguns historiadores buscam pesquisar livros anteriores à invenção dos tipos móveis, outros buscam livros mais simples que refletiam os gostos e a história de leitores comuns. Não importa a linha de pesquisa; o livro é um objeto essencial para o estudo do ser humano e seu lugar no mundo, pois, “assim como não se pode pensar em locomoção sem fazer referências a máquinas, não se pode tratar de conhecimento sem os livros” (REIFSCHNEIDER, 2011, p. 31).

Desse modo, desde sua origem na forma de manuscritos à sua impressão em massa e popularização, o livro sempre inspirou fascínio e dedicação – uma paixão não apenas pelo ato de ler, mas de possuir e admirar: “o livro exerce uma atração multiforme, que vai muito além da leitura, embora esta seja um ponto de partida fundamental” (MINDLIN, 1997, p. 15). Não é surpreendente, então, que tal fascínio tenha recebido um nome: *bibliofilia*. Comumente, entende-se o bibliófilo como um amante dos livros, um

coleccionador. Amante de sua história, importância, raridade e conteúdo. Com o auxílio de bibliófilos ao redor do mundo, parte da história mundial pôde ser preservada em acervos particulares e, posteriormente, compartilhada para a sociedade em bibliotecas e museus.

#### 4.1 Aspectos conceituais e sócio históricos da bibliofilia

A ideia de bibliofilia – ou de uma paixão pelos livros – é antiga, apesar de seu conceito mudar através dos anos, de acordo com os diferentes estudiosos e bibliófilos que procuram defini-lo. É possível encontrar a bibliofilia em escritos da Antiguidade Clássica, como o texto *O coleccionador de livros ignorante*, de Luciano de Samósata, publicado no século II, no qual o autor ironiza um coleccionador que busca remediar sua ignorância através de sua grande coleção de livros (REIFSCHNEIDER, 2011).

Reflexões comuns a um bibliófilo de hoje, como a importância da qualidade das obras no momento de sua escolha, podem ser encontradas ainda mais anteriormente, no século I, na obra de Sêneca (REIFSCHNEIDER, 2011). Posteriormente, antecedendo à imprensa de Gutenberg, durante a era medieval, Ricardo de Bury escreveu a obra intitulada *Philobiblion*, publicada em 1345, que consiste em diversos ensaios sobre o objeto livro, seu valor e sua posse, assim como as “guerras sangrentas por cópias de exemplares” (REIFSCHNEIDER, 2011, p. 69). De Bury (1903) explica a escolha do título, a palavra grega *philobiblion*, por tratar-se de uma obra, principalmente, sobre o amor aos livros.

Em 1862, o historiador inglês, John Hill Burton (*apud* BASBANES, 2012, p. 20, tradução nossa) escreve sobre o que ele intitula uma peculiar “disposição por possuir livros”, apontando como a ambição desta classe de indivíduos encontrar valor onde aparentemente não há nenhum. Para Burton (*apud* BASBANES, 2012), trata-se de uma habilidade e sutileza que é desenvolvida ao longo dos anos permitindo que a pessoa consiga encontrar algo de valor, ou que tenha a potencialidade de tornar-se valioso, no meio de pilhas de papéis e coisas. O historiador aponta, ainda, como tal peculiar disposição é benéfica para a sociedade, uma vez que salva livros da aniquilação e propicia a criação de grandes coleções (BURTON *apud* BASBANES, 2012).

Etimologicamente, o bibliófilo é um “amigo dos livros” (REIFSCHNEIDER, 2011, p. 70), vindo das palavras gregas *biblion* (livros) e *filia* (amizade). Como mencionado anteriormente, trata-se, principalmente, de um amor aos livros. Entretanto, nem todo

amante de livros é um bibliófilo, assim como nem todo colecionador também o é. O escritor e bibliófilo Umberto Eco (2010, p. 36) define a bibliofilia como “o amor ao objeto livro mas também à sua história”, apesar de o autor apontar que não há exatamente a necessidade deste amor, estender-se ao conteúdo dos livros. O bibliófilo é alguém que, “ainda que atento ao conteúdo, quer o objeto, e que este seja, se possível, o primeiro saído das prensas do tipógrafo” (ECO, 2010, p. 35). Alguns bibliófilos colecionam diferentes edições de um livro, outros focam em um único autor. Entretanto, como explica Eco (2010), enquanto um colecionador busca completar sua coleção, o bibliófilo espera que esta nunca esteja completa, que haja sempre algo a se procurar. O bibliófilo é, então, um colecionador, amigo e amante dos livros que estuda sua história e sua relevância, fazendo o possível para obtê-los e guardá-los.

A bibliofilia envolve, também, diferentes formas de arte, como por exemplo a arte da encadernação, aspecto importante para todo bibliófilo e amante de livros. A encadernação é, acima de tudo, uma forma de conservação preventiva, tendo como sua principal função proteger o miolo do livro (MÁRSICO, 2010). A partir do século IV, as encadernações passaram a ser mais desenvolvidas, com livros sagrados procurando em sua rica e luxuosa encadernação a valorização da palavra divina neles contida (idem, 2010). Desde então, diferentes eras da encadernação surgiram ao longo dos séculos, como por exemplo a encadernação bizantina (séculos IV a VI), encadernações ricas, com capas feitas de placas de marfim ou cobre e prata e incrustadas de pedras preciosas, ouro ou pinturas de pigmentos coloridos (idem, 2010).

Diferentes estilos de encadernação também são encontrados ao longo dos séculos e em variados países, como o estilo Aldino (século XV), denominação dada às encadernações do italiano Aldo Pio Manuzio, que se caracterizavam "pelo emprego, na sua decoração, de folhas estilizadas terminadas em espiral, filetes a seco, retos e curvos, entrelaçando-se a flores no centro e nos cantos" (FARIA; PERICÃO *apud* MÁRSICO, 2010, p. 9). Tais características são relevantes para bibliófilos pois, além de representar a data das obras, elas também adicionam status de obra de arte para os livros, tornando-os mais atraentes para colecionadores.

Outro aspecto importante da bibliofilia é o *ex libris*, palavra que vem do latim significando ‘dos livros de’ ou ‘pertencentes a’, sendo então uma forma de assinatura do proprietário daquele livro (BEZERRA, 2006). Tem-se registrado um dos primeiros usos do *ex libris* em seu sentido comum de etiqueta de propriedade no ano de 1188 na

Alemanha, onde foram encontrados livros com a figura de Frederico I, da Baviera em sua biblioteca pessoal (BEZERRA, 2006). Os *ex libris* são comumente encontrados na face interna do livro, acompanhando nomes, iniciais, ornamentos, brasão, monograma ou ilustração encomendada pelo proprietário do livro (BEZERRA, 2006).

## 4.2 Bibliofilia no Brasil

Segundo Reifschneider (2011), para o desenvolvimento da bibliofilia, é importante que haja um contexto no qual a impressão de livros seja significativa, uma vez que claramente o livro é a peça-chave para o bibliófilo. É também importante um mercado editorial desenvolvido, posto que é necessário material para a formação da coleção. Desse modo, o desenvolvimento tardio da imprensa no Brasil influenciou bastante no aparecimento da bibliofilia aqui.

A imprensa surge no Brasil como uma das consequências da chegada da família real Portuguesa em 1808, com a criação da Imprensa Régia, entretanto a primeira impressão realizada no Brasil trata-se de um folheto de 22 páginas datado de 1747 intitulado *Relação da entrada que fez... D. F. Antônio do Desterro Malheiro, Bispo do Rio de Janeiro... Composta pelo Doutor Antônio Rosado da Cunha...* (MORAES, 1975). Alguns autores, como Moraes, estranham a demora da aparição da imprensa no país, uma vez que os jesuítas, ao vir para a América do Sul realizar sua catequização, introduziram a imprensa no Paraguai em cerca de 1700. Outros países também receberam a introdução nessa época, mas não o Brasil. Seus livros eram impressos em Coimbra, Évora e Lisboa e trazidos para terras brasileiras para que fossem utilizados em seus colégios para ensino de gramática e catecismo aos povos indígenas (MORAES, 1975).

Desse modo, o primeiro prelo surge no Brasil em 1747, quando Antônio Isidoro da Fonseca instala uma tipografia no Rio de Janeiro intitulada de 'segunda oficina', sendo a primeira localizada em Portugal. Entretanto, a tipografia de Isidoro da Fonseca foi fechada pela família real portuguesa, e todo o seu material apreendido e retornado ao Reino pois não lhes era "conveniente" (MORAES, 1975, p. 138). Percebe-se que o desenvolvimento de indústrias e de informações na colônia não era prioridade para os colonizadores europeus na época. Isidoro da Fonseca continuou tentando estabelecer uma tipografia no Brasil, realizando pedidos oficiais ao governo português, mas foi recusado novamente em 1750.

A Imprensa Régia surge, então, da necessidade da família real e do governo português de publicar seus atos oficiais, sendo tido como o primeiro impresso dessa oficina a *Relação dos despachos* de 13 de maio, folheto de 27 páginas. Alguns anos após sua instalação, outra tipografia é aberta, desta vez na Bahia, em 1811, sendo as duas as únicas oficinas que funcionaram no Brasil até a Independência. A partir de 1922, a imprensa foi, aos poucos, espalhando-se pelo resto do país (MORAES, 1975).

Durante esse período, a circulação de livros era bastante escassa e restrita, assim como o número de cidadãos letrados. As bibliotecas coloniais de maior porte possuíam apenas cerca de 1.000 volumes (REIFSCHNEIDER, 2011). Assim, realizar um histórico da bibliofilia e de bibliófilos no Brasil desde a implantação da imprensa é tarefa um tanto complexa, como explica Reifschneider (2011), uma vez que colecionadores raramente produzem, deixando ao pesquisador a tarefa de vasculhar acervos à procura de algum *ex libris* ou nota deixada por algum deles.

A coleção de Salvador de Mendonça foi uma das primeiras coleções brasileiras a serem doadas para uma instituição pública em 1906, quando o escritor realizou uma doação de 925 livros à Biblioteca Nacional (BN). D. Pedro II também doou sua rica coleção para a Biblioteca Nacional (BN), o Museu Nacional e o IHGB em 1891. A coleção doada à BN possui mais de 48.000 volumes. Dentre esses e outros, diversos bibliófilos foram surgindo no Brasil e, ao longo dos anos, realizando doações para instituições públicas, enriquecendo assim o patrimônio nacional, conforme afirma Moraes (1975).

#### **4.3 Raridade e colecionismo de livros**

Como citado anteriormente, Eco escreve que o bibliófilo não se contenta apenas em ter grande coleção, mas possui a pretensão que seus livros sejam, preferencialmente, os primeiros e os mais raros. Mas o que torna um livro raro? Os critérios de raridade são diversos, bem como os pontos de vista em que eles podem ser analisados: do bibliotecário, do restaurador, do livreiro, do bibliófilo (REIFSCHNEIDER, 2011). E, ainda assim, dentro desses grupos, os conceitos podem variar. Conforme explica Reifschneider (2011), um livro pode ser fácil de encontrar, mas se seu estado de conservação é normalmente debilitado, uma edição bem conservada e em estado próximo do original torna-se rara. Dessa forma, tratando-se de raridade, não se observa apenas a edição da obra ou seu conteúdo, mas uma série de fatores.

A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) oferece algumas sugestões, assim como os critérios por ela tomados, entretanto, cabe a cada instituição determinar seus critérios de raridade durante a formação de suas políticas de aquisição de acervos. Os critérios de raridade adotados pela Fundação Biblioteca Nacional ([2000]) são os seguintes: primeiras impressões (entre os séculos. XV-XVI); impressões dos séculos XVII e XVIII; obras do Brasil (até o século XIX); edições clandestinas; edições de tiragens reduzidas; edições especiais de luxo; exemplares de coleções especiais (com encadernações de luxo e *ex libris*); exemplares com anotações manuscritas de importância (incluindo dedicatórias); e obras esgotadas.

Pinheiro (2009, p. 33) propõe que curadores de acervos levem em consideração as seguintes recomendações metodológicas:

o limite histórico (ex: o início da imprensa ou até antes da invenção da mesma), aspectos bibliológicos (ex: ilustrações artesanais, tipo de papel, uso de materiais valiosos), valor cultural (ex: primeiras edições, obras censuradas), pesquisa bibliográfica (ex: estudar as particularidades das obras) e características do exemplar (ex: presença de algum autógrafo ou dedicatória, marcas de propriedade).

“Como todo bom bibliófilo”, escreve Eco (2010, p. 53), “vendia a uma entidade cultural, a fim de que seu patrimônio tornasse inalienável e não se dispersasse”. São a partir dessas doações de bibliotecas particulares, cuidadosamente organizadas por bibliófilos, que grandes bibliotecas e acervos históricos são formados. Ainda, os livros de bibliófilos, muitas vezes, são comprados em sebos ou antiquários e costumam pertencer a outras pessoas, outras famílias, pessoas que deixam suas marcas nos livros: seja no simples ato de lê-los repetidamente ou em anotações e marcas pessoais deixadas em suas páginas. É possível, também, relacionar bibliofilia e a memória de uma cidade tendo os bibliófilos como guardiões de seus livros e estudioso de sua história, bem como por meio de museus e bibliotecas que fazem uso de seu acervo.

O bibliófilo precisa conhecer bem seus livros e sua biblioteca. Como explica Moraes (1975, p. 21):

Para se formar uma coleção homogênea sobre um assunto ou um autor é preciso ciência, conhecer a vida do autor, saber quando, onde publicou seus livros. É preciso toda uma soma de conhecimentos, uma verdadeira erudição, às vezes. É aí que está a diferença entre o verdadeiro bibliófilo e o mero comprador de livros.



Em *A Memória Vegetal*, Umberto Eco dedica vários capítulos a diferentes obras, expondo detalhes sobre sua história de forma minuciosa, apresentando seu contexto histórico e o porquê do status de obra rara. Em um dos ensaios contidos no livro, intitulado *O estranho caso da Hanau 1609*, o autor explica o caso de uma obra publicada no século XVII, que possui versões diferentes e cada uma com detalhes particulares. No texto, Eco (2010) apresenta a história do autor do livro, sobre o que o livro trata e o contexto em que foi publicado, assim como possíveis explicações para o porquê das diferenças nas edições, diferenças essas, importantes para a definição da primeira edição – a mais rara. Segundo o autor, bibliófilos e historiadores ainda especulam, analisando minuciosamente datas e detalhes das ilustrações de cada edição.

Essa pesquisa minuciosa, cujo texto se estende por 40 páginas analisando, entre outros detalhes, a ordem das estampas das versões conhecidas do livro, serve apenas como uma amostra para o cuidado que o bibliófilo possui com a história de um livro e do contexto em que ele se insere. É possível, então, pensar a relevância de um bibliófilo para a preservação da história e da memória, por meio de seus estudos, observações e ponto de vista particular.

## 5 CONCLUSÃO

A partir do exposto acerca das relações entre bibliofilia, memória e cidade é possível perceber que a história dos lugares está envolta nos textos e contextos que os constroem. Observa-se que a bibliofilia e a memória possuem relação bastante próxima, uma vez que os bibliófilos, em sua maior parte, buscam para sua coleção livros de valor histórico e que carregam em si parte da história e da memória de uma época.

O lugar da memória, mesmo que essa adquira características universais, permanece presente nas práticas cotidianas dos sujeitos em seus espaços de convivência e de pertencimento. Nesse sentido, o bibliófilo traz consigo muito das referências e repertórios produzidos nos espaços das cidades, daquilo que é esteticamente apresentado, a exemplo do patrimônio literário, da pluralidade das convivências e da cultura presente nos eventos históricos ao longo do tempo.

Atualmente, tem-se observado certa fragilidade na valorização dos lugares de memória no que concerne à globalização. Isso pode ser evidenciado, por exemplo, na prática cada vez mais exígua do interesse pela bibliofilia, levando ao esquecimento e à

consequente desvalorização de parte tão importante do patrimônio que são as obras raras.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**, Porto, v. 14, p. 77-97, 1998.

ARISTÓTELES. **Poética**. Lisboa: INCM, 2003.

BACHELARD, Gaston. **A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BASBANES, Nicholas A. **A gentle madness: bibliophiles, bibliomanes, and the eternal passion for books**. Nova Iorque: H. Holt and Co., 1995.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Divisão de Obras Raras. Planor. **Critérios de raridade [e] Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Nacional - CPBN: séculos XV e XVI**. Rio de Janeiro: FBN, [2000]. Disponível em: <http://planorweb.bn.br>. Acesso em: 18 mar. 2018.

BOSI, Ecléa. **Lembranças de velhos**. São Paulo: Edusp, 1979.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CAMINHA, Adolfo. **A Normalista**. 1893. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/normalista.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2017.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DE BURY, Richard. **The Philobiblion**. Translated by Ernest Chester Thomas. London: De La More Press, 1903. 186 p.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Divisão de Obras Raras. Planor. **Critérios de raridade [e] Catálogo Coletivo do**

**Patrimônio Bibliográfico Nacional - CPBN: séculos XV e XVI**. Rio de Janeiro: FBN, [2000].

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 9.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MARCO, Valeria De. O romance histórico de José de Alencar. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 29, n.1, p. 106-113, 2009.

MINDLIN, José. **Uma vida entre livros: reencontros com o tempo**. São Paulo: EDUSP, 1998. 232p.

MORAES, Rubens Borba de. **O bibliófilo aprendiz**. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.

NAVA, Pedro. **Baú de ossos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n. 10, p. 21, dez. 1993.

PAIVA, Manuel de Oliveira. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

PINHEIRO, Ana Virginia. Livro Raro: antecedentes, propósitos e definições. In: SILVA, Helen C.; BARROS, Maria Helena T. C.

de (org.). **Ciência da Informação: múltiplos diálogos**. Marília: Oficina Universitária, 2009. p. 31-44.

REIFSCHNEIDER, Oto Dias Becker. **A bibliofilia no Brasil**. 2011. 303 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.